

Entre Pollock e Benjamin: Teoria e práxis no “Estado autoritário” de Horkheimer

Between Pollock and Benjamin: Theory and praxis in the “Authoritarian State” from Horkheimer

Luiz Philipe de Caux

Doutorando em filosofia pela UFMG

Graziano Mazzocchini

Doutorando em filosofia pela UFMG

Resumo: O artigo sustenta as seguintes teses interpretativas acerca do ensaio “Estado autoritário”, de Max Horkheimer: a) que há, neste texto, uma particular tensão, de difícil resolução, entre uma postura pessimista e uma otimista por parte do autor, que remonta a um modo tenso de compreender a separação entre teoria e práxis; b) que essas tensões podem ser melhor compreendidas à luz da máxima horkheimeriana do “pessimismo teórico” e do “otimismo prático” e também, paralelamente, às influências contextuais e, em certo sentido, contraditórias, de Friedrich Pollock e Walter Benjamin. Assim, busca-se explorar essas influências a fim de melhor compreender como os pólos daquelas tensões puderam encontrar uma articulação dialética em Horkheimer naquele singular momento histórico.

Palavras-chave: Capitalismo de Estado; Messianismo; Filosofia da história; Necessidade e liberdade; Dialética.

Abstract: The article states the following theses about Max Horkheimer's essay "The Authoritarian State": a) that there is in this text a particular tension, which is very difficult to solve, between a pessimistic and an optimistic stances from its author, and that this tension refers to a tense way of understanding the separation of theory and praxis; b) that these tensions could be better understood in the light of the horkheimerian maxim of "theoretical pessimism" and "practical optimism" and, parallelly, of the contextual and in a certain sense contradictory influences of Friedrich Pollock and Walter Benjamin. The article tries then to explore those influences in order to better understand how the poles of those tensions could find a dialectical articulation in Horkheimer at thar singular historical moment.

Keywords: State Capitalism; Messianism; Philosophy of History; Necessity and freedom; Dialectics.

Introdução

Uma notável tensão, assinalada por mais de um de seus comentadores, perpassa o ensaio sobre o "Estado autoritário" de Horkheimer. O texto, escrito no início do ano de 1940 e publicado em edição mimeografada e de baixa tiragem apenas em 42, contém uma "análise sombria" das condições políticas, sociais e econômicas, análise na qual, todavia, "estavam instalados surpreendentes elementos de esperança" (Wiggershaus, 2001, p. 315). Ao mesmo tempo em que diagnostica de modo fatalista um desenvolvimento social que avalia como catastrófico, Horkheimer concebe a história como aberta, inconclusa e não necessariamente sujeita, do presente em diante, às mesmas leis implacáveis que a trouxeram até ali. É verdade que essa tensão, que culmina como que numa disjunção completa entre diagnóstico e prognóstico, está fortemente marcada por uma situação histórica específica. Em todo caso, ela não representa uma elaboração teórica *ad hoc*, mas expressa talvez hiperbolicamente pressupostos conceituais que Horkheimer carregou por toda sua vida e que, de certo modo, definem, por assim dizer, o seu "temperamento" filosófico.

Numa série de duas conferências proferidas em Veneza um mês após a morte de Adorno, em 1969, Horkheimer enunciou um princípio daquela que passaria a ser, a partir de então, a “velha” teoria crítica: “Em que consiste, no entanto, o otimismo que compartilho com Adorno, meu amigo falecido? Em que é preciso, apesar de tudo isso, tentar fazer e levar a cabo o que se toma pelo verdadeiro e pelo bom. *E essa foi nossa máxima: ser pessimista teórico e otimista prático!*” (1985a, p. 353, grifo nosso). Essa máxima, que remete de imediato a uma frase de Gramsci, mas também à separação das funções e capacidades da razão teórica e da razão prática em Kant e das da representação e da vontade em Schopenhauer, reverbera aberta ou clandestinamente ao longo de toda a obra de Horkheimer. Todavia, o “Estado autoritário”, é o que sustentamos, parece representar o momento em que a tensão interna dessa “máxima frankfurtiana” atinge o paroxismo. Gostaríamos de propor aqui uma interpretação deste ensaio de Horkheimer, buscando remeter os dois pólos dessa máxima à influência dupla e complexa de Friedrich Pollock e Walter Benjamin naquele exato momento do pensamento do autor. Não é que um dos autores, com seu pessimismo, tenha influenciado o lado pessimista de Horkheimer, enquanto o outro, sendo otimista, influenciou o lado otimista. Num sentido geral, Pollock não é um pessimista no que diz respeito aos prospectos de desenvolvimento da sociedade capitalista, mas Horkheimer o lê pessimisticamente. Por sua vez, Benjamin não é nada otimista a esse respeito (lembre-se apenas do subtítulo do livro de Konder (1999) sobre Benjamin, “o marxismo da melancolia”), mas o otimismo prático de Horkheimer naquele texto é preenchido por imagens benjaminianas.

Argumentaremos, no que segue, que a análise de Horkheimer neste texto singular, espremido entre o relativo otimismo do materialismo interdisciplinar e o pessimismo abismal da *Dialética do Esclarecimento*, serve como modelo para a compreensão da que chamamos acima de “máxima frankfurtiana”, bem como que, inversamente, os pressupostos filosóficos desta máxima oferecem uma chave de leitura do “Estado autoritário”. Por um lado, é possível rastrear uma ascendência teórica direta do criticismo kantiano e das concepções scho-

penhauerianas de representação e vontade sobre os próprios “núcleos duros” da inteira elaboração horkheimeriana. Essas coordenadas filosóficas podem contar para compreender em parte o pano de fundo no qual as noções de vontade e de práxis são conceituadas no “Estado autoritário”. Por outro lado, a novidade de um acolhimento tardio, por Horkheimer, do olhar messiânico sobre a história de Walter Benjamin lança luzes sobre aquela torsão sofrida pela teoria crítica entre a década de trinta e o principiar da década de quarenta. Não por acaso, o “Estado autoritário” foi publicado pela primeira vez no mesmo manuscrito mimeografado no qual as teses “Sobre o conceito de história” vieram ineditamente a público⁶⁴. Como explica Abromeit (2011, p. 411),

Argumentos chave apropriados por Adorno da obra de juventude de Benjamin, tais como sua filosofia negativa da história, sua crítica da dominação da natureza e sua filosofia da linguagem eram muito mais compatíveis com a nova abordagem de Horkheimer. A aquisição por Horkheimer e Adorno, durante esse tempo, das ‘Teses sobre o conceito de história’, que representavam um retorno de Benjamin, em certos aspectos, aos temas de sua obra de juventude também reforçou essas tendências no pensamento de Horkheimer.

⁶⁴ O “Estado autoritário” foi escrito na primavera de 1940 e publicado pela primeira vez no manuscrito mimeografado e de baixa tiragem de título *Walter Benjamin zum Gedächtnis*, organizado pelo Instituto de Pesquisa Social. O ensaio de Horkheimer fecha o volume, que é aberto pelas teses benjaminianas. Se é verdade que também as teses de Benjamin datam da primavera de 1940, não sendo possível que Horkheimer as tenha conhecido à época da redação do “Estado autoritário” (e nem ao conteúdo semelhante, por exemplo, do caderno N das *Passagens*, que estava, à época, na posse de Georges Bataille na *Bibliothèque Nationale* em Paris), vale lembrar que muitas das ideias que encontram sua formulação sintética nas “teses” já se encontram em outros textos de juventude de Benjamin e, com uma elaboração muito próxima da de 1940, também no ensaio sobre Eduard Fuchs publicado na *Zeitschrift für Sozialforschung* em 1937. O ensaio sobre Fuchs foi revisado pelo editor Horkheimer e objeto de uma troca de cartas na qual Horkheimer expressa sua sintonia com as ideias de Benjamin. Cf. as cartas de Horkheimer a Benjamin e de Benjamin a Horkheimer compiladas em Benjamin, 2013. Numa carta a Adorno de 23 de junho de 1941, Horkheimer relata ainda, acerca do conteúdo das teses de Benjamin, cujo manuscrito ambos haviam recebido há pouco: “A identidade de barbárie e cultura, cuja constatação é comum a vocês dois [Adorno e Benjamin] em sua literalidade, constitui, aliás, o tema de uma de minhas últimas conversas com ele [Benjamin] em um *Café* junto à estação Montparnasse”, Adorno e Horkheimer, 2004, p. 155.

Em contraposição aos ecos benjaminianos que ressoam nas entrelinhas do ensaio de Horkheimer de 1940, a configuração antinômica de teoria e práxis no texto remonta, no outro pólo e de modo muito mais aberto, à série de diagnósticos de tempo realizados por Friedrich Pollock. Segundo esse diagnóstico, o capitalismo, em vez de abolir a si mesmo por meio de suas próprias leis de movimento, conduziu-se a um estado no qual sua lógica instável e sujeita a crises é superada pelo planejamento e pela administração tecnicizada não apenas da economia, mas de todas as esferas da vida, permitindo-lhe estabilizar-se e projetar sua perenização. Sabe-se que o texto de Horkheimer recebeu, de início, o título “Capitalismo de Estado”, isto é, o mesmo do célebre artigo de Pollock que viria a ser publicado na *Zeitschrift* no ano seguinte (Abromeit, 2011, p. 403, n. 21; Wiggershaus, 2001, p. 314). A incorporação do diagnóstico de uma transformação estrutural do capitalismo por Horkheimer é clara, e ela não apenas marcará este texto, mas também, em maior ou menor grau, se tornará um pressuposto das análises dos frankfurtianos em geral daí em diante.

Enquanto a recepção de Pollock faz o presente aparecer como resultado de um desenvolvimento imanente e necessário de um processo que cada vez mais fecha o leque de possibilidades de ação, a incorporação tardia de certos aspectos da obra de Benjamin leva Horkheimer a apreender a história como abertura, e a prática como apta, por princípio, a romper aquele desenvolvimento imanente descrito por Pollock e ao qual Benjamin chamou de “progresso”. A chave filosófica para a compreensão dessa tentativa de compatibilização, por Horkheimer, de Pollock e Benjamin está na ideia de que a razão teórica só se aplica àquilo que já aconteceu e que pode, assim, preencher materialmente a intuição sensível. Em outras palavras, a categoria modal de necessidade só se aplica ao passado. É, no mínimo, uma questão epistemológica que ela não possa se aplicar ao futuro. Do presente em diante, vale a razão prática (Kant) ou a vontade (Schopenhauer), que precisam primeiro ser postas no mundo:

Mas o fatalismo de ambos os pensadores [Hegel e Marx] se refere, de modo bastante curioso, ao passado. Seu erro metafísico, que a história obedecesse a uma lei constante, é compensado (*aufgehoben*) pelo erro histórico de que essa lei se tivesse cumprido em seu tempo. O presente e o porvir não voltam a estar sob a lei (EA, p. 305)⁶⁵.

Horkheimer como que afirma e nega a uma só vez, para aquele momento histórico singular, a tese de Koselleck de que a modernidade em geral pode ser compreendida meta-historicamente como um período no qual “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” se afastam e se quebra a “transição quase perfeita das experiências passadas para as expectativas vindouras” (Koselleck, 2006, p. 315). Por um lado, Horkheimer sustenta que as perspectivas para a ação orientada ao futuro não podem ser deduzidas a partir de um prolongamento da conceitualização do movimento histórico passado. Mas, se Koselleck tributara à vigência de uma noção de progresso a vivência cindida entre a experiência acumulada do passado e as expectativas quanto a um futuro sempre novo, para Horkheimer, por outro lado, o progresso é justamente a subsunção do futuro ao mesmo movimento lógico-histórico que liga o passado ao presente, e o desmembramento da “análise sombria” e os “elementos de esperança” apontam para uma ruptura, ou, se se quiser, um *salto* para fora da lógica do progresso.

No que segue, traçaremos a influência de Pollock e Benjamin no texto de Horkheimer, a fim de ganhar elementos para a compreensão e para a avaliação crítica do modo particularmente tenso como a máxima do otimismo prático e do pessimismo teórico se instancia nos seus diagnósticos e prognósticos em 1940.

“O capitalismo de Estado é o Estado autoritário do presente”: Pollock, a postura teórica e a autocrítica da razão

Horkheimer compreende de modo fatalista o desenvolvimento imanente do capitalismo, regido por leis de movimento endógenas, que conduziu à mudança de forma do ca-

⁶⁵ A abreviação “EA” refere-se ao texto “Estado autoritário” (“*Autoritärer Staat*”) (Horkheimer, 1987).

pitalismo liberal, passando pelo capitalismo monopolista, ao capitalismo de Estado: “O automovimento do conceito da mercadoria conduz ao conceito do capitalismo de Estado como, em Hegel, a certeza sensível conduz ao absoluto”, diz Horkheimer (EA, p. 308), referindo o desenvolvimento efetivo do capitalismo ao desdobramento de pensamento logicamente necessário do enredo da *Fenomenologia do Espírito*. Acompanhar esse automovimento do conceito é papel da teoria e, como contraparte, teorizar é descobrir relações de necessidade: “A teoria explica essencialmente o curso da fatalidade” (EA, p. 309). Ela explica por que se chegou até aqui, qual é o encadeamento de acontecimentos que conduziu ao estado atual e que, visto retrospectivamente, teve de ser assim. Seria enganoso, todavia, confundir a compreensão de Horkheimer com aquelas que projetavam para o futuro uma dinâmica necessária do capital, seja em direção ao término inexorável do sistema capitalista (teorias do colapso), seja à transição automática e gradual para o socialismo (II Internacional). Estas seriam compreensões errôneas do significado do marxismo enquanto *teoria*. Ele não seria “uma pintura histórica para ser contemplada nem uma fórmula científico-natural para calcular previamente fatos futuros”, mas sim uma formulação da “consciência correta em uma fase determinada da luta” (EA, p. 306).

É no debate com Pollock que Horkheimer desenvolve a ideia que de um desenvolvimento determinista não pode brotar automaticamente uma situação de liberdade. Esse desenvolvimento conduziu efetivamente a uma mudança estrutural do modo de produção, porém não a um inteiramente novo, no qual o verdadeiro reino da liberdade emergisse para além do reino da necessidade, mas a um mundo no qual o cálculo e o planejamento, a pavimentação prévia, coercitiva e conforme a uma racionalidade de meios e fins dos limites para a ação econômica e, tendencialmente, dos demais âmbitos da vida, tornam os processos sociais ainda mais semelhantes aos cursos mecânicos dos objetos do mundo natural.

Trata-se da emergência do que Pollock chamou, acoelhendo uma das terminologias vigentes no debate à época, de

capitalismo de Estado. Nessa transição, “o que chega a seu fim não é o capitalismo, mas sua fase liberal” (1933, p. 350). “A interferência do Estado na estrutura da velha ordem econômica”, explica Pollock, “em razão de sua totalidade e intensidade absolutas, ‘transformaram quantidade em qualidade’, transformaram o capitalismo monopolista em capitalismo de Estado” (1941b, p. 445). No momento no qual “o conflito entre forças produtivas e relações de produção” teria se tornado “mais intenso do que jamais tenha sido” (Pollock, 1933, p. 337), o capitalismo se reestrutura de um modo tal que logra uma estabilização através da subtração dos processos econômicos da anarquia da regulação espontânea e destrutiva pelo mercado e por sua concentração no Estado e suas funções de planejamento e controle executados coativamente. Já no primeiro de seus artigos publicados na revista do Instituto, Pollock sentencia que “não se deve esperar o colapso automático” do capitalismo. “Num sentido puramente econômico, não há uma compulsão irresistível por substituí-lo por outro sistema econômico” (Pollock, 1932, p. 19).

Em “Capitalismo de Estado”, artigo que sintetiza e desenvolve uma espécie de teoria geral daquela transformação estrutural do capitalismo, nem mesmo esses tipos de turbulências da vida econômica são mais de se esperar. A administração técnica racionalizada dos processos econômicos, segundo Pollock, neutralizaria as leis de movimento espontâneas e imanentes da organização capitalista de livre mercado: “Os problemas econômicos no velho sentido não existem mais quando a coordenação de todas as atividades econômicas é efetuada pelo planejamento consciente em vez de pelas leis naturais do mercado” (Pollock, 1941a, p. 217). Os preços e salários, controlados por agências estatais, não mais direcionam os fluxos de capital. A superprodução e o desperdício são evitados pela programação prévia da produção, da circulação, da distribuição e do consumo. Uma política de pleno emprego e a manutenção de certo nível salarial mantém integrada a classe operária - cuja integração recebe ainda o reforço das “revoluções da tecnologia armamentista” nas mãos do aparato repressivo estatal e do “extraordinário aperfeiçoamento do controle espiritual das massas”

(Pollock, 1933, p. 350), como, por exemplo, daquilo que Adorno e Horkheimer chamariam, anos mais tarde, de “indústria cultural”. Através da centralização em um plano geral estatal, as funções econômicas não se regem por sua legalidade própria, mas se submetem aos “princípios do gerenciamento científico”, que projetam seus efeitos para além da economia, “em todas as esferas da vida social como um todo” (Pollock, 1941a, p. 206). E Pollock salienta ser incapaz “de descobrir quaisquer forças econômicas inerentes, ‘leis econômicas’ do velho ou de um novo tipo, que pudessem impedir o funcionamento do capitalismo de Estado” (Pollock, 1941a, p. 217; 1941b, p. 454). O capitalismo monopolista e imperialista de velho estilo parece ter sido apenas uma fase de transição entre o capitalismo liberal clássico, inerentemente instável e internamente contraditório, e sua nova forma, pós-liberal, na qual o controle consciente dos processos econômicos e sociais como um todo domesticaria as contradições, criaria um sistema economicamente estável, sem qualquer germe interno de sua própria dissolução, e no qual os poucos e restritos momentos de liberdade individual ainda existentes na fase liberal são definitivamente reprimidos.

Tendo em vista a compreensão burguesa de liberdade, Marx uma vez caracterizara ironicamente a esfera da circulação como um “verdadeiro Éden dos direitos inatos do homem”, “o reino da liberdade, da igualdade, da propriedade e de Bentham” (Marx, 2013, p. 250). Esse “Eldorado das existências burguesas, a esfera da circulação,” diz Horkheimer, “se liquida. (...) Como *caput mortuum* do processo metamórfico da burguesia, restou a burocracia superior industrial e estatal” (EA, p. 293). O fim das liberdades burguesas não representa, todavia, a sua superação em uma forma superior de liberdade, mas simplesmente uma era de puro autoritarismo. “O capitalismo de Estado é o Estado autoritário do presente” (EA, p. 294). A organização *racional* da sociedade chegara, mas, ao contrário do previsto, isso é uma má notícia. O diagnóstico sóbrio de Pollock, relido pessimisticamente por Horkheimer, precisa ensejar, para este, nada mais, nada menos do que uma nova crítica da razão, convertida dialeticamente em desrazão (Demirović, 1999, p. 85-86; Jay, 1973, p. 121). Ademais, enquanto Pollock

diferencia uma forma democrática de capitalismo de Estado e parece até mesmo aderir a ela politicamente, para Horkheimer, como já denuncia o título, mesmo essa forma é essencialmente autoritária em razão de sua estrutura social de dominação, não importando que aparência política ela assume.⁶⁶

Na fase pós-liberal do capitalismo, a forma mesma da razão subjetiva, inscrita, como princípio da equivalência da troca, na forma-mercadoria, espraia-se para todas as esferas da vida e enxerta a calculabilidade em processos sociais considerados não-econômicos, tornando-os por inteiro objeto de possível manipulação. A razão ter-se-ia realizado, cumprindo a promessa de estruturar e impor ordem à sociedade como um todo, mas o resultado não é um mundo no qual indivíduo e sociedade se veem reconciliados, mas um no qual o indivíduo tende a desaparecer junto com a já restrita liberdade econômica do século XIX. À medida que a sociedade se planifica, reduz-se o volume global de repressão individual socialmente necessário para reprodução do todo, mas o que se verifica, ao contrário, é um irracional aumento da repressão (EA, p. 313). Quanto mais as condições materiais de possibilidade estão postas, menos a ação livre, que não apenas segue o “curso do mundo”, mas dá mostras da capacidade de indivíduos ou grupos de se opor ou resistir a processos sociais, parece encontrar lacunas nas quais possa operar.

Um exemplo do modo como a racionalização socialmente pervasiva bloqueia as possibilidades da práxis, para Horkheimer, está nas consequências da formação de monopólios e a da centralização da planificação econômica no Estado para a estrutura organizacional dos partidos e sindicatos e, assim, para a possibilidade de uma ação organizada contra o capital. A convergência dos dois tipos de organização proletária serviu menos à luta contra a sociedade de classes do que à autonomização dos fins de autoconservação das organizações enquanto tais, em razão da profissionalização e da funciona-

⁶⁶ Dentre os ditos frankfurtianos, Habermas será, portanto, o continuador da posição de Pollock: não apenas porque compra e atualiza seu diagnóstico econômico em grau bem mais alto do que Adorno e Horkheimer, mas também porque guarda com ele uma afinidade política na aposta quanto à reformabilidade do “capitalismo democrático”. Cf. de Caux e Fleck, no prelo.

lização das carreiras política e sindical, responsáveis por administrar as massas cujos interesses deveriam representar. “As grandes organizações fomentavam uma ideia de associação que se diferenciava muito pouco da da estatização, nacionalização e socialização do capitalismo de Estado” (EA, p. 295). A tecnificação de questões políticas é anunciada já na estrutura interna das organizações: “Quanto maiores se tornavam as associações, mais a sua condução devia seu lugar a uma seleção dos mais hábeis” (EA, p. 295), e, mais tarde, “com o crescimento do aparato, se torna cada vez mais difícil, por razões técnicas, controlar e substituir esses homens de direção” (EA, p. 296). A oposição proletária “sucumbiu também ao espírito da administração” (EA, p. 296). O dirigente do sindicato ou do partido se torna relativamente independente das massas proletárias, assim como a diretoria administrativa de uma empresa o é em relação à assembléia dos investidores.

No capitalismo de Estado, dissera Pollock (1941b, p. 445), “uma interferência da necessidade produz outra”. O mundo social se fecha cada vez mais à medida em que toda a deliberação sobre os fins da sociedade cede lugar à obtenção dos meios técnicos mais apropriados para alcançar o fim dado de reproduzir o existente. É verdade que Horkheimer se apropria praticamente por inteiro das constatações de Pollock, mas, surpreendentemente, suas perspectivas sobre a capacidade de estabilização do capitalismo de Estado e sobre a práxis que visa uma modificação estrutural não são as mesmas⁶⁷.

Para Horkheimer, “apesar da assim chamada ausência de crises, não há harmonia” (EA, p. 301). Divergindo expli-

⁶⁷ “Max Horkheimer, que em seu ensaio ‘Estado autoritário’ está completamente de acordo com os diagnósticos econômicos de Pollock sobre o nacional-socialismo e com sua tese do capitalismo de Estado, resiste, todavia, nesse aspecto à ideia de uma estabilização em longo prazo do fascismo” (Gangl, 1987, p. 225-226). Nas pp. 225ss., Gangl oferece uma boa documentação dos pontos de concordância e discordância entre Horkheimer e Pollock no “Estado autoritário”. Destacamos ainda: “Ainda que Horkheimer encontrasse falhas na concepção de Pollock de capitalismo de Estado no fato de que ela talvez era apresentada de modo muito decidido e pouco dialético, era-lhe, no entanto, importante reter a versão pessimista de uma perpetuação dessa nova ordem” (p. 229).

citamente de Pollock, Horkheimer afirma que “o capitalismo tem um prazo, mesmo depois de sua fase liberal ter passado” (EA, p. 311). A teoria que explica as modificações que trouxeram até o presente não pode servir para projetar apoditicamente teses sobre o futuro. Uma teoria que o fizesse não estaria, como pretende, descrevendo o futuro, mas possibilitando a intervenção técnica no sentido projetado. E se não é possível representar naturalisticamente o funcionamento futuro de leis sociais, tampouco é legítimo fazê-lo em relação à práxis e ao comportamento dos grupos oprimidos: “Da apatia adquirida na experiência e que contém a aversão pela inteira fachada política não se pode extrair nenhuma conclusão sobre o futuro” (EA, p. 301).

Uma das mais polêmicas teses de Pollock havia sido a de que a transição para o capitalismo de Estado “significa a transição de uma era predominantemente econômica para uma essencialmente política” (Pollock, 1941a, p. 207), na qual não mais o lucro, mas o “poder político”, gênero superior do qual o lucro seria uma espécie, “se torna o centro de motivação (p. 210). Em “Os judeus e a Europa”, escrito em setembro de 39, Horkheimer havia expressado a mesma convicção teórica fundamental (“A economia já não tem uma dinâmica autônoma. Ele perde seu poder para os economicamente poderosos” (Horkheimer, p. 1988b, p. 316)). No “Estado autoritário”, essa tese não é exposta expressamente, mas parece estar na base da compreensão do autor acerca da possibilidade da práxis e da superação da situação de heteronomia. “Depois da dissolução das velhas posições de poder, ou bem a sociedade administrará seus assuntos com base no acordo livre, ou a exploração prossegue” (EA, p. 304): Horkheimer como que abandona a ideia, como queria o marxismo ortodoxo, de que o reino da liberdade pudesse ser produzido automaticamente a partir do movimento do reino da necessidade. A “hora” da emancipação pode passar sem que ela aconteça, e este efetivamente parecia ser o caso. A emancipação é sempre um salto que depende da vontade, a sociedade humana precisa querer livremente ser livre. As condições para isso precisam ser alcançadas, mas, uma vez dadas, dependem ainda da vontade livre e do esforço hu-

mano⁶⁸. A revolução não é “um mero progresso” (EA, p. 307). A transformação do capitalismo liberal em capitalismo de Estado mostrou que ainda é preciso o passo político da vontade.

“Para o revolucionário, o mundo sempre esteve já maduro”: Benjamin e o deslocamento messiânico da práxis

Horkheimer se afasta do diagnóstico pollockiano acerca do capitalismo de Estado quanto à tese de que ele constituiria a “última fase” (EA, p. 302) do desenvolvimento histórico capitalista. Horkheimer diverge na interpretação do sentido do adjetivo “última”, e, em virtude dessa interpretação, atesta a colocação do problema na perspectiva do conceito de história de Benjamin: a fase atual não é última enquanto “final”, mas sim enquanto “derradeira”; mas é tão derradeira quanto o são todas as outras fases passadas do capitalismo, já que enquanto considerarmos a história como uma sucessão ou desenvolvimento de causas e efeitos encadeados, não estaremos realizando sequer um passo rumo a uma configuração livre do processo histórico. Cada etapa de um desenvolvimento passado já se encontra encerrada no campo estruturado pelas leis da representação. Nas palavras de duas notas das *Passagens de Benjamin*⁶⁹: nesta configuração histórica, sob a égide da dominação da burguesia, o próprio decorrer de fases ou épocas não

⁶⁸ Cf., a propósito, o seguinte trecho do “Estado autoritário”: “Não é possível conceber nenhum sistema evidente que automaticamente impeça retrocessos. As modalidades da nova sociedade se encontram em modificação ainda apenas em curso. A concepção teórica que, segundo seus pioneiros, deve mostrar o caminho à nova sociedade, o sistema de conselhos, provém da práxis. Remonta a 1871, 1905 e a outros acontecimentos. A revolução tem uma tradição a cuja continuidade a teoria se remete”. (EA, p. 304). A noção de “tradição” aqui remete claramente à benjaminiana “tradição dos oprimidos”, cuja fundamentação implica no desmantelamento da aparência da continuidade da história na qual se constitui a continuidade da dominação (Cf. Benjamin, 2013a, p. 169).

⁶⁹ Os textos de Benjamin são aqui aduzidos não sob a pressuposição de que Horkheimer os tenha lido – o que de maneira alguma poderia ser filologicamente sustentado –, e sim para elucidar teoricamente os pontos de conjunção rastreados no *Estado Autoritário*. Para uma delimitação filológica da questão, cf. *supra*, nota de rodapé 3.

passa de um movimento de rotação, um movimento circular de um caleidoscópio nas mãos de uma criança, cujo êxito em cada reconfiguração leva a cabo apenas a repetição do sempre-igual (Benjamin, 2009, p. 384; p.587). Do mesmo modo, em Horkheimer, a novíssima etapa do capitalismo não representa senão a sua adaptação para que possa permanecer o mesmo: “Os milhões que estão por baixo experimentam desde a infância que as fases do capitalismo pertencem ao mesmo sistema” (EA, p. 303). Essa repetição, se a lermos no conjunto da elaboração benjaminiana, coincide com a esfera do mito, ou ainda do nietzscheano eterno retorno do igual, e engloba a própria novidade (Benjamin, 2009, p. 586), que mantém o seu valor de novidade somente enquanto não for reconhecida enquanto tal.

O valor de novidade, a menos que seja tempestivamente *arrancado* desta ordem, sucumbe a ela no sentido paradoxal de aparecer ainda uma vez como a mesma novidade de sempre – num sentido melhor ilustrado pelo Caderno N das *Passagens* e pelas “Teses”, que especificam de que modo uma determinada configuração inédita da experiência presente de um ocorrido não é salva se a intervenção ativa do historiador materialista não for tempestiva (Benjamin, 2013a, p. 4). Isto é, a experiência de algo novo não encontra o seu lugar específico na sucessão das épocas históricas tais quais são convencionalmente sistematizadas pela historiografia historicista, ou ainda, para Benjamin, pela história classicista da cultura e das artes: a autêntica experiência histórica é uma experiência propriamente política que coincide com a ruptura da aparência de continuidade operada pela classe em luta (Benjamin, 2013a, p. 114) e pelo materialista histórico, no instante crítico em que uma determinada imagem de um ocorrido sobressai para a consciência coletiva num ato de recordação. É exatamente nos termos desta resolução da continuidade histórica que Horkheimer situa a possibilidade do salto revolucionário propriamente dialético no “Estado autoritário”: enquanto o desenvolvimento do capitalismo de Estado é sempre logicamente dedutível e, portanto, justificável racionalmente a partir da forma nuclear da sociedade capitalista, a saber, da forma-mercadoria, tal desdobramento lógico em nada assegura a sua *verdadeira* superação (*Aufhe-*

bung), isto é, a passagem a uma fase autenticamente nova que, enquanto tal, conduza para fora do próprio capitalismo – entendido aqui como o reino do sempre idêntico, pois se norteia pelo o princípio da equivalência universal. Frente a essa reificação do decurso histórico, que se produz pela plena coextensão ou identificação do conceito e do seu material, ou, nos termos do “Estado autoritário”, de “ideal e efetividade” (EA, p. 308), tanto para Benjamin quanto para o Horkheimer de 1940 a tarefa específica do dialético vem a se configurar como a da *ruptura* dessa identidade, assim como da aparência de continuidade que sobre ela se funda. O verbo “romper” recorre no ensaio horkheimeriano sempre que se quer apontar para a natureza própria do salto que se exige do dialético (EA, p. 301, p. 309): um ato de força, propriamente, que é o mesmo tanto do gesto messiânico descrito nos materiais preparatórios das “Teses” (Benjamin, 2013a, p. 161) quanto do historiador guiado pelo novo método materialista no Caderno N das *Passagens*. O historiador materialista *arranca* um determinado fragmento que contém por inteiro uma época e todo o decurso da história, em prol de uma decisão que, naquele ato e instante, faz-se verdadeiramente possível, a saber, a de *escolher livremente* o rumo da “história futura” (Benjamin, 2009, p. 516-18).

Se, nas *Passagens*, a dimensão temporal “instantânea” deste arrancamento é absolutamente transparente, no “Estado autoritário” ela permanece antes aludida. Uma maior ênfase é colocada na tarefa da práxis, nos termos de uma primazia gnosiológica e ontológica da *vontade* e, portanto, da *liberdade* - o que, conforme ressaltamos acima, pode ser entendido como tributário das filosofias práticas kantiana e schopenhaueriana. O ato que poderá romper “o *circulus vitiosus* de pobreza, dominação, guerra e pobreza” (EA, p. 301) precisa ser um ato de vontade que, enquanto tal, *excede* o mero encadeamento lógico dos estágios do capitalismo, isto é, do decorrer das épocas. Em Benjamin, essa noção de vontade não é tematizada enquanto tal, mas sim através da categoria da “presença de espírito” (Benjamin, 2009, p. 511): traço constitutivo do próprio dialético, a presença de espírito remete diretamente ao texto dos Evangelhos, quando da injunção de Cristo aos discípulos para

que se mantivessem numa postura de espera para a chegada do Reino de Deus e, portanto, do Juízo Final. Esses dois últimos pontos são também elementos constitutivos da concepção benjaminiana da história, como veremos daqui a pouco. Contudo, embora a “presença de espírito” represente a prontidão, quer do materialista histórico, quer da classe dos oprimidos em luta, a própria configuração do inteiro decurso histórico tal como vem a se oferecer para a consciência (que esteja pronta para recebê-la) não é, para Benjamin, fruto de uma recordação voluntária, mas sim de uma involuntária, o que torna não completamente simétrica a analogia entre a livre vontade dos dominados no “Estado autoritário” e a dita prontidão do dialético: “Na medida em que o passado se concentra no instante - na imagem dialética -, ele entra na memória involuntária da humanidade. A imagem dialética deve ser definida como a memória involuntária da humanidade redimida” (Benjamin, 2013a, p. 162).

Esta diferença não é acidental; pelo contrário, sinaliza uma tensão epistemológica entre Horkheimer e Benjamin no que diz respeito à fundamentação da prática e ao estatuto da dialética: se, para Benjamin, a dimensão teológica é propriamente fundadora, constitutiva do seu pensamento, ao ponto de afirmar nas *Passagens* que ele “está para a teologia como o mata-borrão está para a tinta” (Benjamin, 2009, p. 513), para Horkheimer, esse “ponto de vista da humanidade redimida” tal como é alcançado pelo olhar do historiador materialista frente às constelações portadoras do autêntico conhecimento da história universal – as dos *fragmentos* das expectativas pontualmente frustradas dos vencidos de outrora – jamais é admitido explicitamente como horizonte. Em vez disso, ele é apenas postulado à guisa de uma ideia-limite prática na acepção kantiana: a perspectiva messiânica benjaminiana se deixa entrever no “Estado autoritário” enquanto borda ou margem *aquem* da qual o espaço enfeitado da repetição mítica pode ser enxergado como tal – mas sempre a partir de uma teologia rigorosamente negativa, que veda (e nisso não poderia haver momento mais divergente da postura benjaminiana) o cunho de imagens da realidade divina (Jay, 1973, p. 47). Para Horkheimer, o tempo passado, embora contenha a cada estágio as condições para o

salto revolucionário, não é suscetível de ser aberto “ainda uma vez”⁷⁰ em termos *reais*:

Na história, apenas o que é mau é irrevogável: as possibilidades que não se realizaram, a felicidade que se deixou escapar, o assassinato, com e sem processo jurídico, aquilo que a dominação faz às pessoas. O demais permanece sempre em perigo” (EA, p. 301).

Neste ponto do “Estado autoritário” Horkheimer retoma provavelmente de maneira deliberada a objeção que havia levantado a respeito da concepção do tempo histórico de Benjamin, tal qual se mostrava já no ensaio sobre Eduard Fuchs, numa famosa carta de 16 de março de 1937:

Há muito tempo que penso a questão da ação do passado como coisa acabada. [...] Pessoalmente, parece-me apenas que...nesse caso se trata de uma relação que só dialéticamente pode ser apreendida. A constatação do caráter não fechado do passado é idealista se não assimilar a do fechamento. As injustiças do passado aconteceram e consumaram-se. Os que a violência matou estão realmente mortos. Em última análise, a sua afirmação é teológica. Se levarmos a sério o caráter não consumado do passado, temos de acreditar no Juízo Final.[...] Talvez no que se refere ao caráter não fechado exista uma diferença entre o positivo e o negativo, e a injustiça, o terror, as dores do passado sejam irreparáveis. (Horkheimer in Benjamin, 2013a, p. 228)

Ao comentar tal extrato no Caderno N das *Passagens*, Benjamin desloca a questão nos seus próprios termos: a história não coincide apenas com uma ciência histórica que estabelece a cadeia lógica da qual resultam os acontecimentos passados, mas também pode ser entendida como aquela experiência propriamente teológica que se dá na rememoração, *Eingedenken*, que, a esta altura, configura-se como aquela forma mais específica de recordação em que os lamentos ainda não escutados das vítimas de outrora se revelam de maneira inédita para o sujeito histórico (Benjamin, 2009, p. 513). Nesta perspectiva,

⁷⁰ Nas *Passagens* e nas “Teses”, o passado se une *realmente* numa única contração, parecida à de um músculo, com o presente, desde que uma recordação involuntária traga um ocorrido no seio do instante presente, determinando um reconhecimento do agora da interpretabilidade com aquele ocorrido que sobressai para a interpretação na recordação, em virtude de uma relação que não é mais cronológica, e sim imagética. Cf., p. ex., Benjamin, 2009, p. 504-505.

o juízo do materialista dialético sobre o passado é exatamente o mesmo do dia do Juízo Final e do advento do Reino de Deus: aquele que não recebeu justiça é realmente redimido no instante do seu julgamento divino, isto é, no instante em que advém ao conhecimento (Benjamin, 2013a, p. 172).

Temos então aqui uma diferença epistemológica relevante, a qual, contudo, não implica numa divergência insuperável: o presente e o futuro, para Horkheimer, permanecem em aberto exatamente porque excedem o passado. Ademais, a construção do presente coincide, assim como para Benjamin, com a construção do próprio tempo autenticamente histórico para além da aparência do progresso na forma da continuidade histórica. A dialética se cumpre *fora* do espaço estreito da teoria, isto é, fora do movimento lógico do desenvolvimento social: na mediação da base material que fornece as condições objetivas para uma socialização autenticamente racional (livre) pela livre vontade, que faz daquelas condições *as suas condições materiais* de construção (EA, p. 307-8). Os traços que permitem reconhecer e caracterizar o salto dialético aqui reforçam ainda uma vez a proximidade de Horkheimer à concepção benjaminiana da história: já que o fim da exploração será também o fim do progresso como se dá no decorrer automático das etapas do capitalismo, a própria noção “mecânica” de progresso passa a se configurar apenas como intensificação, e jamais como superação da exploração da natureza e do ser humano, inclusive sob as direções políticas social-democratas e comunistas soviéticas do movimento operário (Benjamin, 2013a, p. 9). Nesta perspectiva, cada etapa do capitalismo vem, de fato, a constituir a derradeira chance de operar o salto, pois nenhuma dessas etapas já constituiu o início da história: assim como, para a Tese XVII (Benjamin, 2013a, p. 160-161), em oposição à tese social-democrata da “tarefa infinita”, não há nenhum instante que não traga consigo a sua própria e específica oportunidade para a revolução, também para Horkheimer o mundo sempre esteve maduro para o revolucionário (EA, p. 305).

Como já esclarecemos, uma diferença notável entre Benjamin e Horkheimer reside no fato de que a perspectiva teológica no segundo permanece apenas como perspectiva negati-

va ou como postulado, para que seja possível aquela angulação a partir da qual o “espírito da administração” (EA, p. 296) torna-se inteligível criticamente. Mas essa diferença está longe de determinar uma incompatibilidade entre as duas declinações daquela que é, na verdade, uma *mesma* perspectiva: o mundo social e a história apreendida em épocas nos aparecem enquanto tais, tanto em Horkheimer quanto em Benjamin, por força dos seus desdobramentos até os *extremos* de uma totalidade, o que permite vislumbrar a possibilidade do salto além desta totalidade ou da sua ruptura⁷¹. Se uma perspectiva teológica não fosse presente ao menos em forma negativa no “Estado autoritário”, sequer seria pensável uma tal ruptura, pois a lógica totalitária desse Estado em nada contém um princípio que determine o seu ultrapassamento para uma *alteridade*. Nesta óptica, o espaço do capitalismo de Estado e, mais tarde, do “mundo administrado” (Adorno e Horkheimer, 2006, p. 9), é o mesmo delineado no ensaio benjaminiano de 1920, *Para a crítica da violência*, isto é, aquele *círculo* formado pela constante renovação das formas do Poder e do Direito, que, na verdade, não passam de facetas da história mítica da repetição do sempre-igual. Tal história mítica do Poder somente pode ser assim enxergada em virtude da sua conceitualização sob a luz da sua ruptura por parte de um princípio alheio àquela ordem: a violência de Deus, que colide com o mito (Benjamin, 2013a, p. 63).

“Dialética não é idêntico a desenvolvimento”: sobre a dialética de teoria e práxis

Numa carta a Adorno de 23 junho de 41, Horkheimer comenta que eles ainda teriam de elaborar melhor “essas formulações, positivas, de cujas fraquezas padece também a conclusão do trabalho sobre o Estado autoritário” (Adorno e

⁷¹ “A esperança lhes [às massas] é oferecida ainda justamente pelo estatismo integral, pois ele está na fronteira do melhor, e a esperança contradiz a apatia” (EA, p. 303). Por outro viés, que igualmente passa pelos extremos, pode-se dizer também a esperança revolucionária de Horkheimer está ligada, à época, também à janela aberta pela guerra e pela catástrofe, à momentânea desestruturação relativa daquele decurso fatal de desenvolvimento do capital, que poderia possibilitar a ação política, por exemplo, dos trabalhadores armados e organizados ao redor da bandeira antifascista.

Horkheimer, 2004, p. 154). A tensão entre diagnóstico sombrio e prognóstico esperançoso parece ter também incomodado pessoalmente ao seu autor, e não tanto em seu pólo negativo quanto no positivo. E, de fato, na forma como seu argumento é desenvolvido, o texto parece retroceder de propósito de uma posição hegeliana-marxiana a uma kantiana-schopenhaueriana, na qual as mediações histórico-sociais desaparecem. Mas Horkheimer não deve ter deixado de notar, de modo desconfortável, aquilo que Postone lhe objetaria: que ele “recuou a uma posição caracterizada por uma antinomia entre necessidade e liberdade” e, enquanto “sua visão de história tornou-se completamente determinista”, sua concepção de “liberdade é fundamentada de modo puramente voluntarista, como um ato de vontade contra a história” (Postone, 1993, p. 112). Acerca do mesmo incômodo no “Estado autoritário”, comenta Cepa (1980, p. 456): “Se, afastada da práxis política, a posição frankfurtiana parece ameaçada pelo perigo do niilismo, em sua exaltação do indivíduo ela, em vez disso, é ameaçada pela tentação do idealismo subjetivo”.

Com efeito, essa tensão irrompe na tonalidade abertamente benjaminiana do último parágrafo. Valendo-se do tempo verbal do alemão equivalente ao nosso subjuntivo, um dos usos do qual equivale ao do futuro do pretérito do português para marcar na frase que o enunciador não adere pessoalmente ao discurso que enuncia, Horkheimer avança um receituário realista em face do diagnóstico pollockiano, um que, segundo o autor, vem de vozes que “não são as mais estúpidas nem as mais insinceras” (EA, p. 319). Já que não é possível retroceder à era heróica do capitalismo liberal, tratar-se-ia de intensificar a sua lógica na expectativa de também mais essa etapa do capitalismo (com sorte, a última) fique para trás por um movimento mecânico automático.

“Colaborar com isso [o fomento do capitalismo de Estado], difundi-lo e conduzi-lo adiante até as formas mais avançadas ofereceria a vantagem da progressividade e toda a garantia do sucesso que apenas se pode desejar para a *politique scientifique*. Uma vez que o proletariado não teria nada mais a esperar dos velhos poderes, não lhe restaria senão a união com os novos. A aliança de líderes e proletários deve se fundamentar no fato de que a economia planifi-

cada feita pelo Führer [i.e., Hitler] e pelo pai dos povos [i.e., Stálin] está menos distante da socialista do que do liberalismo. Seria sentimental se colocar constantemente em atitude negativa em face do capitalismo de Estado em razão dos mortos e derrotados. Afinal, os judeus teriam sido, na maior parte, capitalistas, e as nações menores já não teriam nenhum justificativa para existir. O capitalismo de Estado é o possível hoje. Na medida em que o proletariado não faria sua própria revolução, não restaria a ele e a seus teóricos nenhuma escolha senão seguir o espírito do mundo no caminho que este escolheu” (EA, p. 319).

O pano de fundo deste raciocínio seguiria sendo o mesmo do etapismo ortodoxo, mas com o agravante de negar, como que por um mecanismo psíquico de defesa, o fracasso da oportunidade perdida. Esse esquema histórico “conhece apenas a dimensão na qual ocorrem progresso e regresso, ele perde de vista a intervenção humana” e se confunde, assim, com aquilo a que deveria se opor, avaliando o elemento humano apenas como “grandezas sociais, como coisas” (EA, p. 319). Mas todo o diagnóstico não apontava exatamente para isto, para o fato de que, mais que nos tempos da redação d’*O Capital*, as relações entre os homens assumiriam sob o capitalismo de Estado a forma da relação entre coisas?

Aqui se mostra o modo peculiar como Horkheimer assimila as influências de Pollock e Benjamin. Certamente, não é a Pollock que Horkheimer visava como emitente daquele discurso indireto realista, mas, de certo modo, ele não deixa de ser afetado. Em todo caso, a lição que Horkheimer extrai de Pollock não é a da superfície de sua descrição do capitalismo pós-liberal, mas uma que diz respeito, antes, à lógica da história. *Horkheimer lê Pollock com os olhos de Benjamin*. A emergência do capitalismo de Estado como etapa do capitalismo demonstra a falsidade de um conceito ingênuo, positivo de progresso. Há sim um progresso automático, mas é aquele da autovalorização do valor e de seu necessário avanço técnico das forças produtivas. Enquanto automático, ele não é capaz de engendrar senão mais automatismo. Assim, conclui Horkheimer o seu texto, “enquanto a história mundial seguir seu curso lógico, ela não cumpre o seu destino humano” (EA, p. 319).⁷²

⁷² Cf. ainda, a opinião de Adorno, expressa em correspondência a Horkheimer, sobre o artigo “Capitalismo de Estado”, de Pollock, notavel-

Por outro lado, *Horkheimer também lê Benjamin com os olhos de Pollock*: se há esperanças quanto a uma ruptura do ciclo infernal da modernidade capitalista, um salto para fora de sua repetição mítica, e isso na forma da ação humana livre, é por que, por fim, certas condições materiais se impuseram: tanto o estágio de desenvolvimento das forças produtivas quanto a estrutura que possibilita a administração racional da sociedade estariam disponíveis e as leis econômicas não usurpariam mais o poder de autodeterminação da vontade humana. Se o capitalismo de Estado for mesmo a era da primazia de determinação do político em detrimento do econômico, então, ao menos em abstrato, está dada a possibilidade do salto da vontade: “*der Sprung aus dem Fortschritt heraus*” - o salto *para fora* do progresso, mas também o salto *que provém* do progresso (EA, p. 307). Os agentes da mudança precisariam apenas experimentar sua nova condição: “com a experiência de que sua vontade política modifica efetivamente sua própria existência pela modificação da sociedade, a apatia das massas desaparecerá” (EA, p. 303).

A irrupção de elementos benjaminianos num texto essencialmente pollockiano, portanto, não é tão arbitrária quanto poderia parecer (Wiggershaus, 2001, p. 315-6). Horkheimer pode compatibilizar as duas influências exatamente por que não aceita nenhuma delas de modo ingênuo. O mesmo não se pode dizer da compatibilização de fatalismo e voluntarismo, de necessidade e liberdade, que permanecem, apesar de tudo, cindidas por um abismo; e, do mesmo modo, da mediação de

mente em termos de pessimismo e otimismo: “No que diz respeito à coisa, considero como o problema central do trabalho a questão se as tendências elaboradas sobre uma economia desprovida de crises e conduzida desde cima exprimem realmente a tendência objetiva da realidade ou se a pureza ideal dessa construção está excluída em princípio para o futuro em razão da condição antagonística do presente. Meu instinto sobre isso é o seguinte: o correto nessa concepção é o seu pessimismo, isto é, a compreensão de que as chances da perpetuação da dominação em sua forma política imediata são maiores do que as de sair dela. Falso é o otimismo, e também o otimismo para os outros: o que se perpetua não me parece tanto ser uma condição relativamente estável e em certo sentido até mesmo racional quanto uma sequência incessante de catástrofes, caos e horror por um período imprevisivelmente longo e, com isso, também, todavia, a chance da ruptura, que não é considerada na visão egípcia” (Adorno e Horkheimer, 2004, p. 160-1).

teoria e práxis. Ainda que numa interpretação bastante favorável a Horkheimer, Ceppa (1980, p. 457) também conclui que “a antinomia em que parece se enrijecer o pensamento do último Horkheimer - aquela entre mundo administrado e liberdade do indivíduo - está ainda bem longe de ter encontrado uma solução”. E, todavia, se dialético é um movimento processual automediado, Horkheimer chama de dialética justamente a interrupção do automovimento do capital e de sua infinita mediação por si próprio. “O pensamento dialético precisa ao mesmo tempo conter a crítica da dialética”, dirá Adorno alguns anos mais tarde, numa carta a Horkheimer em 2 de julho de 1945 (Adorno e Horkheimer, 2005, p. 141). No “Estado autoritário”, sem que ainda possa lhe dar alguma resposta, Horkheimer já havia identificado tacitamente o problema. Em face daquela reestruturação do capitalismo, a crítica da razão precisa implicar numa crítica dialética da dialética. Esse seria um projeto filosófico levado adiante principalmente por Adorno, não por acaso a partir da recuperação de elementos de seu diálogo de juventude com Benjamin.

Referências

ABROMEIT, John. *Max Horkheimer and the foundations of the Frankfurt School*. New York: Cambridge University Press, 2011.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Briefwechsel 1927-1969*. Bd. II: 1938-1944. Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 2004.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Briefwechsel 1927-1969*. Bd. III: 1945-1949. Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 2005.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.

BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013a.

BENJAMIN, Walter. *Origem do drama trágico alemão*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013b.

CEPPA, Leonardo. Lo Stato autoritario di Max Horkheimer. *Rivista di Storia Contemporanea*, Fascicolo 3, IX, 1980, p. 445-458.

- DE CAUX, Luiz Philipe; FLECK, Amaro. Posfácio: Pollock e os frankfurtianos. In: POLLOCK, Friedrich. *Crise e transformação estrutural do capitalismo: Artigos na Revista do Instituto de Pesquisa Social, 1932-1941*. No prelo.
- DEMIROVIĆ, Alex. *Der nonkonformistische Intellektuelle: Die Entwicklung der Kritischen Theorie der Frankfurter Schule*. Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 1999.
- GANGL, Manfred. *Politische Ökonomie und Kritische Theorie: Ein Beitrag zur theoretischen Entwicklung der Frankfurter Schule*. Frankfurt a.M.: Campus, 1987.
- HORKHEIMER, Max. Kritische Theorie gestern und heute (1969/1972). In: *Gesammelte Schriften*. Bd. 8. Frankfurt a.M.: Fischer, 1985, p. 336-353.
- HORKHEIMER, Max. Autoritärer Staat (1940/1942). In: *Gesammelte Schriften*. Bd. 5. Frankfurt a.M.: Fischer, 1987, p. 293-319.
- HORKHEIMER, Max. Die Juden und Europa (1939). In: *Gesammelte Schriften*. Bd. 4. Frankfurt a.M.: Fischer, 1988, p. 308-331.
- JAY, Martin. *The Dialectical Imagination. A History of the Frankfurt School and the Institute of Social Research 1923-1950*. London: Heinemann, 1973.
- KONDER, Leandro. *Walter Benjamin: O marxismo da melancolia*. 3a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- POLLOCK, Friedrich. Die gegenwärtige Lage des Kapitalismus und die Aussichten einer planwirtschaftlichen Neuordnung. *Zeitschrift für Sozialforschung*, Jg. 1, Heft 1/2, 1932, p. 8-27.
- POLLOCK, Friedrich.. Bemerkungen zur Wirtschaftskrise. *Zeitschrift für Sozialforschung*, Jg. 2, Heft 3, 1933, p. 321-354.
- POLLOCK, Friedrich. State capitalism: Its possibilities and limitations. *Studies in Philosophy and Social Sciences*, v. 9, n. 2, 1941a, p. 200-225.
- POLLOCK, Friedrich. Is National Socialism a new order?. *Studies in Philosophy and Social Sciences*, v. 9, n. 3, 1941b, p. 440-455.
- POSTONE, Moishe. *Time, labor, and social domination: A reinterpretation of Marx's critical theory*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1993.
- WIGGERSHAUS, Rolf. *Die Frankfurter Schule: Geschichte, theoretische Entwicklung, politische Bedeutung*. Munique: DTV, 2001.